



CARIDADE-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE - CEARÁ

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Atualidades e Convivência Societária
- ▶ Conhecimentos Educacionais
- ▶ Didática
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL Nº 001/2025 DE
11 DE NOVEMBRO 2025**



40
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CARIDADE - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIDADE -
CEARÁ - CE

Professor de Educação
Básica I

EDITAL Nº 001/2025 DE 11 DE NOVEMBRO 2025

CÓD: SL-059NV-25
7908433286479

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto. situação comunicativa. pressuposto e subtexto. inferência. ambiguidade. polissemia. intertextualidade. tipos de linguagem	9
2. Tipos e gêneros textuais	17
3. Estrutura textual. progressão temática. paragrafação. enunciado. coesão. coerência	23
4. Variações linguísticas. formalidade e informalidade. propriedade lexical. adequação da linguagem	32
5. Fonética e fonologia. encontros consonantais, encontros vocálicos, dígrafos.....	35
6. Acentuação gráfica.....	36
7. Pontuação	38
8. Ortografia.....	44
9. Morfologia: classes de palavras	48
10. Processo de formação das palavras	57
11. Funções da linguagem	62
12. Análise sintática dos períodos simples e composto.....	63
13. Concordância verbal e nominal	68
14. Regência verbal e nominal.....	72
15. Sintaxe de colocação.....	76
16. Produção textual.....	77

Matemática

1. Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). frações ordinárias e decimais. números decimais: propriedades e operações. expressões numéricas.....	85
2. Múltiplos e divisores: máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum	97
3. Equações do 1º e 2º graus	99
4. Problemas	108
5. Sistemas de medida de tempo. sistema métrico decimal.....	109
6. Sistema monetário brasileiro	114
7. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções.....	116
8. Divisão em partes proporcionais	118
9. Regra de três simples e composta	120
10. Porcentagem.....	121
11. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes	122
12. Fundamentos da teoria dos conjuntos	124
13. Conjuntos numéricos: números naturais e inteiros (divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum), números racionais e irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal), números reais (relação de ordem e intervalos). operações.....	125
14. Funções: estudo das relações, definição da função, funções definidas por fórmulas: domínio, imagem e contradomínio, gráficos, função injetora, sobrejetora e bijetora, funções par e ímpar, funções crescentes e decrescentes, função inversa, função composta, função polinomial do 1º grau, quadrática, modular, exponencial e logarítmica. resoluções de equações, inequações e sistemas	125
15. Sequência: progressão aritmética e geométrica.....	138

16. Geometria plana: ângulos: definição, classificação, unidades e operações, feixes de paralelas cortadas por transversais, teorema de Tales e aplicações, polígonos: elementos e classificação, diagonais, soma dos ângulos externos e internos, estudo dos quadriláteros e triângulos, congruências e semelhanças, relações métricas dos triângulos, área: polígonos e suas partes.....	140
17. Álgebra: matrizes, determinantes, análise combinatória	151
18. Geometria espacial: retas e planos no espaço (paralelismo e perpendicularismo), poliedros regulares, pirâmides, prismas, cilindro, cone e esfera (elementos e equações)	159
19. Geometria analítica: estudo analítico do ponto, da reta e da circunferência (elementos e equações).....	164
20. Números complexos: operações. forma algébrica e trigonométrica	169

Atualidades e Convivência Societária

1. Evolução histórica, geográfica, econômica, política e cultural do município de Caridade	175
2. Acontecimentos e fatos relevantes e atuais do contexto internacional, nacional, estadual e do município de Caridade ...	179
3. Arte e cultura	183
4. Ciência, tecnologia e inovação.....	188
5. Democracia, ética e cidadania	192
6. Ecologia/biodiversidade.....	194
7. Globalização e geopolítica	198
8. Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, transporte, segurança, defesa, desenvolvimento sustentável.....	201
9. Responsabilidade social: setor público, privado, terceiro setor.....	206
10. Sociodiversidade: multiculturalismo, tolerância, inclusão/exclusão, relações de gênero	210
11. Tecnologias de informação e comunicação	213
12. Vida urbana e rural	217
13. Violência e drogas	220
14. Ética profissional e relações humanas no trabalho; ética moral e cidadania.....	224

Conhecimentos Educacionais

1. O atual sistema educacional brasileiro	229
2. A escola pública como instrumento de inclusão social.....	230
3. A legislação educacional brasileira: lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9394/96.....	234
4. Plano nacional de educação	254
5. Organização do ensino na escola	269
6. A gestão democrática	270
7. Instâncias colegiadas de gestão na escola pública de ensino	276
8. Parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental.....	277
9. Natureza do trabalho pedagógico: fundamentação filosófica, política e educacional	287
10. O papel do educador no ingresso, permanência e sucesso do aluno na escola	288

11. As contribuições científico tecnológicas para o conhecimento do processo de aprendizagem na infância, na adolescência, na juventude e no adulto.....	290
12. A influência de paulo freire na educação e no mundo	291

Didática

1. Concepções de sociedade, homem e educação	299
2. A função social da escola pública.....	300
3. A história da organização da educação brasileira	301
4. As contribuições de piaget, vygotsk e wallon para o desenvolvimento humano e da aprendizagem	303
5. A educação como ato político, a pedagogia como ciência da educação e a didática como teoria e prática do ensino.....	309
6. Os pressupostos teóricos e metodológicos da ação docente	310
7. Planejamento educacional: tipos, concepções, processos de elaboração, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico e do planejamento da ação docente	311
8. Elementos do plano de ensino e sua relação com a prática da sala de aula e o contexto social do educando.....	313
9. A gestão da sala de aula e sua relação com os paradigmas educacionais presentes na prática educativa	314
10. As novas tecnologias e suas aplicações na construção do conhecimento	315
11. A avaliação da aprendizagem: concepções, princípios, procedimentos e instrumentos	319
12. Registros e trocas de experiências do/no cotidiano da sala de aula.....	320
13. Relação professor x aluno, pais e comunidade.....	322
14. Organização do ensino-aprendizagem e articulação com a diversidade	323
15. Contextualização e interdisciplinaridade na construção do conhecimento.....	324
16. A educação de jovens e adultos: pressupostos teóricos e metodológicos na eja.....	325
17. Educação indígenas: noções básicas.....	327
18. Educação inclusiva: noções básicas	329

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Básica I

1. Ensino e aprendizagem no ensino fundamental de 1º a 5º ano: objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos e avaliação da aprendizagem.....	341
2. Educação de jovens e adultos: pressupostos teóricos e metodologia no processo de construção do conhecimento	342
3. A influência de paulo freire na educação e especificamente na eja	342
4. Ética e cidadania na formação da criança, do adolescente, do jovem e do adulto	342
5. Educação inclusiva de crianças, adolescentes, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais: políticas públicas, avanços e inclusão social	344
6. A importância da linguagem, do movimento, da arte e das brincadeiras no processo de aprendizagem da criança de 6 a 10 anos.....	344
7. Construção do conhecimento com foco na transposição didática, na interdisciplinaridade e na contextualização dos conteúdos	345
8. Avaliação da aprendizagem como processo contínuo e formativo.....	347
9. Planejamento participativo: ação-reflexão ação.....	347

ÍNDICE

10. Programa de alfabetização na idade certa (paic): finalidades e objetivos. paic – programa de alfabetização na idade certa.....	348
11. A relação teoria-prática no processo de ensinar e aprender	349
12. A formação do educador no contexto contemporâneo.....	350
13. A concepção do professor crítico-reflexivo.....	352
14. Relações humanas na escola e na família	353
15. Ética profissional	354

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO. SITUAÇÃO COMUNICATIVA. PRESSUPOSTO E SUBTENDIDO. INFERÊNCIA. AMBIGUIDADE. POLISSEMIA. INTERTEXTUALIDADE. TIPOS DE LINGUAGEM

SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

- **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.
- **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.
- **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.
- **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.
- **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.
- **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.
- **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.
- **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).
- **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.
- **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.
- **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.
- **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:
"Proibido estacionar das 8h às 18h."

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

- **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.
- **Mensagem:** "Vamos ao cinema hoje?"
- **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.
- **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.
- **Mensagem:** "Aproveite a promoção imperdível desta semana!"
- **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.
- **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.
- **Mensagem:** "Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3."
- **Canal:** E-mail corporativo.
- **Análise em Concursos Públicos**
Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:
 - **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.
 - **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.
 - **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

Exemplos:

“Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

(A) João nunca saiu de casa.

(B) João estava em casa anteriormente.

Resposta correta: (B) João estava em casa anteriormente.

► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

Exemplos:

“Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

Exemplo Comparativo:

“Clara voltou ao trabalho.”

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.

- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

► Estratégias para Identificação

Para reconhecer pressuposições:

- **Pergunte-se:** “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

MATEMÁTICA

NÚMEROS RELATIVOS INTEIROS E FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO E POTENCIAÇÃO). FRAÇÕES ORDINÁRIAS E DECIMAIS. NÚMEROS DECIMAIS: PROPRIEDADES E OPERAÇÕES. EXPRESSÕES NUMÉRICAS

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

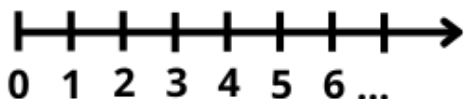
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

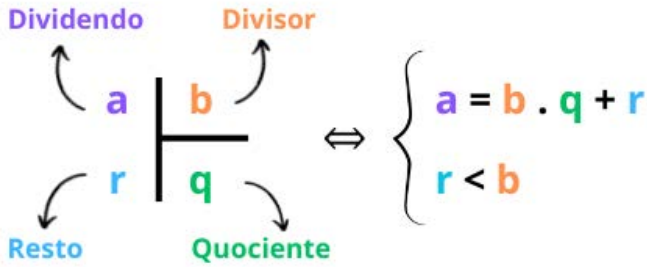
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto " . ", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

(A) 3995

(B) 7165

(C) 7532

(D) 7575

(E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

(A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.

(B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.

(C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

(D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

(E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

EVOLUÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CARIDADE

O SURGIMENTO DE CARIDADE NO CONTEXTO DO SERTÃO CEARENSE

O município de Caridade, situado na região central do estado do Ceará, ocupa uma posição geográfica privilegiada entre o Sertão Central e o Maciço de Baturité. Sua origem e desenvolvimento estão profundamente ligados aos fluxos migratórios, econômicos e culturais que marcaram o interior cearense a partir do século XVII. Localizado às margens de importantes rotas de escoamento da pecuária, Caridade emergiu inicialmente como ponto de apoio para viajantes e comerciantes, transformando-se com o tempo em uma comunidade estruturada, com identidade própria e forte influência religiosa.

Para compreendermos o surgimento de Caridade, é necessário inseri-la no contexto mais amplo da ocupação do sertão nordestino, onde as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais foram moldadas principalmente pela pecuária extensiva, pelo sistema de sesmarias e pelas missões religiosas, fatores que também definiram a trajetória de muitos municípios cearenses.

► Ocupação indígena e o início da colonização

Antes da chegada dos colonizadores europeus, a região onde hoje se encontra Caridade era habitada por grupos indígenas, destacando-se as etnias Jenipapo e Kanyndé, que ocupavam terras no entorno do Maciço de Baturité. Esses povos mantinham uma relação direta com os recursos naturais da região, praticando atividades de subsistência e preservando seus modos de vida tradicionais.

Com a colonização portuguesa e a política de concessão de terras via sistema de sesmarias, iniciado no século XVII, os territórios indígenas passaram a ser ocupados por grandes fazendas. Esse modelo de distribuição de terras tinha o objetivo de incentivar o povoamento e a produção econômica. Na região de Caridade, como em boa parte do sertão cearense, a pecuária extensiva tornou-se a principal atividade econômica, com destaque para a criação de gado voltado à produção de carne de sol e charque, produtos essenciais para o abastecimento das populações urbanas e das tropas militares.

► A estrada dos sertões e a formação do núcleo inicial

Um dos fatores determinantes para o surgimento e desenvolvimento de Caridade foi sua localização estratégica à beira da antiga estrada dos sertões, que ligava o interior cearense às regiões de Maranguape e Fortaleza. Essa estrada era um importante

corredor comercial por onde transitavam tropas, vaqueiros, comerciantes e criadores de gado oriundos de Boa Viagem, Santa Quitéria e Inhamuns, com destino às feiras e mercados da capital.

A presença constante de viajantes e a movimentação de rebanhos estimularam o surgimento de pontos de parada e abastecimento, como pequenas fazendas e povoados. Um desses pontos foi a Fazenda Kágado, fundada em 1860 pelo Coronel Antônio Gaspar da Silveira, às margens do rio Macaco, próximo ao Serrote Kágado. A fazenda rapidamente se transformou em um povoado comercialmente ativo, impulsionado pela feira de gado e pelas trocas comerciais com regiões vizinhas.

► A força da religiosidade e a mudança de nome

No ano de 1880, uma missão de penitência liderada pelo Reverendo Padre José Tomais marcou um novo momento para o povoado. Durante essa missão religiosa, foi erguida uma capela dedicada a Santo Antônio de Lisboa, e o nome da localidade foi alterado de “Kágado” para Caridade – nome simbólico que refletia os valores cristãos promovidos pelo missionário.

A religiosidade, elemento central na organização social dos povoados sertanejos, teve papel essencial no processo de formação da identidade cultural de Caridade. A construção da primeira capela, com terreno doado pelo próprio Coronel Antônio Gaspar, fortaleceu o vínculo da comunidade com a fé católica e promoveu a coesão social entre os habitantes.

Posteriormente, devido ao crescimento populacional, a capela original tornou-se pequena, o que levou à sua reconstrução e ampliação. Esse esforço foi liderado pelo Padre José Antônio Cavalcante, com apoio de líderes locais como o Capitão Raimundo Lopes Ferreira, culminando na formação da Igreja Matriz de Santo Antônio, que até hoje representa um dos símbolos da cidade.

► A emancipação política e consolidação do município

Caridade foi, durante parte de sua história, distrito subordinado ao município de Canindé, conforme estabelecido por ato estadual em 1911. Contudo, seu desenvolvimento econômico e crescimento populacional impulsionaram a luta pela emancipação política.

Essa conquista ocorreu em 06 de agosto de 1958, com a promulgação da Lei Estadual nº 4.157, que elevou Caridade à categoria de município. A instalação oficial da nova unidade administrativa aconteceu em 13 de setembro de 1958, marcando o início da sua autonomia política e administrativa.

Desde então, Caridade passou a traçar sua própria trajetória enquanto ente federado, com estruturas de governo local e iniciativas voltadas ao desenvolvimento social e econômico da população.

PRIMEIROS HABITANTES E O CICLO DAS SESMARIAS

Antes da chegada dos portugueses e da imposição de um modelo colonial de exploração das terras, a região que hoje compreende o município de Caridade, no Ceará, era habitada por diversos grupos indígenas. Esses povos, distribuídos em diferentes etnias, já ocupavam e utilizavam o território de maneira sustentável, baseando suas práticas econômicas na caça, pesca, agricultura de subsistência e coleta. A história da ocupação dessa área revela muito sobre os processos que marcaram a formação do sertão nordestino como um todo, com destaque para o papel do sistema de sesmarias na consolidação da posse de terra e no avanço da pecuária.

► Os povos originários: Jenipapo e Kanyndé

A região oeste do Maciço de Baturité, onde Caridade se localiza, era originalmente habitada por grupos indígenas, entre os quais se destacavam os Jenipapo e os Kanyndé. Esses povos integravam uma ampla rede de comunidades indígenas que ocupavam o território cearense antes da chegada dos colonizadores europeus.

Os Jenipapo, por exemplo, eram conhecidos por seu modo de vida agrícola e por habitarem regiões próximas a cursos d'água, utilizando o território de forma coletiva e respeitosa com o meio ambiente. Já os Kanyndé estavam mais dispersos e eram considerados habilidosos na caça e em práticas de manejo florestal.

A chegada dos colonizadores, no entanto, trouxe consigo uma série de transformações. A imposição de uma nova lógica de ocupação territorial – baseada na propriedade privada e na exploração econômica – acabou por expulsar os indígenas de suas terras originais, seja por meio de confrontos, seja por processos de aculturação e missionarização.

► O sistema de sesmarias e a expansão da pecuária

Com o avanço da colonização no sertão cearense, principalmente a partir do século XVII, a Coroa Portuguesa instituiu o sistema de sesmarias, um mecanismo de concessão de grandes extensões de terra a particulares, com o objetivo de fomentar a produção agropecuária e garantir a ocupação do território colonial. As sesmarias eram concedidas a indivíduos considerados “fiéis à Coroa” e dispostos a produzir economicamente as terras.

No contexto de Caridade, as sesmarias foram fundamentais para o surgimento das grandes fazendas dedicadas à criação de gado bovino, principal atividade econômica da região durante o período colonial e imperial. A abundância de terras planas, com vegetação de caatinga e acesso a cursos d'água como o Rio Macaco, permitia a expansão da pecuária extensiva de forma relativamente fácil.

A carne de sol e o charque, produtos derivados do gado, tornaram-se mercadorias de grande importância para o abastecimento interno e para a exportação, especialmente para as regiões urbanas da costa e as zonas mineradoras do Sudeste.

► Impactos sociais e culturais da implantação das sesmarias

A implantação do sistema de sesmarias teve efeitos profundos na estrutura social da região. Em primeiro lugar, provocou a expulsão dos povos indígenas de suas terras, forçando muitos deles a se refugiarem em regiões mais afastadas ou a se

Em segundo lugar, promoveu a concentração fundiária nas mãos de poucos proprietários, estabelecendo as bases de uma sociedade oligárquica, marcada pela desigualdade no acesso à terra – uma característica que, em muitos casos, ainda se reflete na estrutura agrária do Nordeste contemporâneo.

Por fim, contribuiu para a formação de uma elite rural que, ao longo do tempo, passou a desempenhar papel político, social e econômico de destaque nas regiões sertanejas. Essas famílias proprietárias de terra e gado formavam a base do poder local e muitas vezes decidiam os rumos políticos das comunidades.

► A constituição do território de Caridade no ciclo da pecuária

A presença de grandes fazendas de gado, surgidas a partir das sesmarias, deu origem aos primeiros núcleos de povoamento que mais tarde se consolidariam em vilas e, posteriormente, em municípios. Caridade é um exemplo típico desse processo.

A Fazenda Kágado, por exemplo, fundada em 1860 pelo Coronel Antônio Gaspar da Silveira, insere-se diretamente nesse ciclo. Com acesso à estrada dos sertões e às nascentes do Rio Macaco, tornou-se um ponto de apoio estratégico para o comércio e o transporte de gado vindo do sertão em direção a Fortaleza e Maranguape.

A fazenda, com o tempo, atraiu outras famílias, comerciantes e viajantes, formando um povoado economicamente ativo e socialmente integrado, que mais tarde adotaria o nome de Caridade.

DA FAZENDA KÁGADO AO POVOADO DE CARIDADE

O surgimento de núcleos urbanos no interior nordestino obedeceu a um padrão historicamente consolidado: a partir da instalação de grandes fazendas, geralmente oriundas do sistema de sesmarias, formavam-se pequenos povoados ao redor de pontos estratégicos como rios, estradas ou centros religiosos. Foi exatamente esse o percurso que originou o município de Caridade, no estado do Ceará.

Na segunda metade do século XIX, a fundação da Fazenda Kágado, no oeste do Maciço de Baturité, marcou o início da ocupação mais sistemática da área que viria a se tornar o núcleo urbano de Caridade. O nome peculiar da fazenda – e posteriormente do povoado – remonta a um pequeno serrote próximo ao rio Macaco, onde a vida econômica e social passou a se desenvolver de maneira orgânica, ancorada no comércio, na pecuária e na fé católica.

► A fundação da Fazenda Kágado por Antônio Gaspar da Silveira

O ponto inicial dessa história é o ano de 1860, quando o Cel. Antônio Gaspar da Silveira estabeleceu a Fazenda Kágado nas proximidades das nascentes do Rio Macaco, no território que hoje pertence a Caridade. O nome da fazenda foi inspirado em um serrote situado ao leste da propriedade, chamado localmente de Serrote Kágado.

A escolha do local para fundação da fazenda não foi aleatória: a região possuía recursos hídricos, terras férteis para a criação de gado e estava situada às margens de uma estrada movimentada dos sertões, que ligava o interior ao litoral, passando por cidades como Maranguape e Fortaleza.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

O ATUAL SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O sistema educacional brasileiro passou por diversas transformações ao longo das décadas, refletindo em mudanças sociais, econômicas e políticas. Atualmente, o sistema educacional do Brasil é estruturado em diferentes níveis, desde a educação básica até o ensino superior, cada um com seus desafios e características distintas.

A educação básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil é voltada para crianças de 0 a 5 anos e é considerada a primeira etapa da educação básica. O Ensino Fundamental abrange do 1º ao 9º ano, enquanto o Ensino Médio compreende os últimos três anos da educação básica. Essa fase tem sido objeto de discussões e reformas nos últimos anos, com iniciativas para melhorar a qualidade do ensino, atualizar currículos e promover uma educação mais alinhada com as demandas contemporâneas.

A Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), traz trechos que regulamentam o sistema educacional brasileiro:

[...]

¹Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI - alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

[...]

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tornou-se uma ferramenta importante no acesso ao ensino superior, além de ser utilizado como indicador de qualidade do Ensino Médio. As universidades públicas e privadas utilizam o resultado do ENEM como critério de seleção, promovendo, assim, uma avaliação mais abrangente dos conhecimentos dos estudantes.

¹ <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>

Acesso em novembro de 2023.

No ensino superior, o Brasil conta com uma variedade de instituições públicas e privadas. As universidades públicas são conhecidas por sua qualidade acadêmica, mas enfrentam desafios relacionados à expansão da oferta e à busca por financiamento. Programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foram implementados para facilitar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior privado.

Além disso, o Brasil também abriga uma diversidade de institutos técnicos e escolas profissionalizantes, buscando atender à demanda por profissionais qualificados em diferentes áreas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece oportunidades para aqueles que não concluíram seus estudos na idade regular.

No entanto, o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios significativos. A desigualdade regional e socioeconômica reflete-se nas discrepâncias de qualidade entre escolas, principalmente no ensino básico. A falta de infraestrutura, a carência de recursos pedagógicos e a formação inadequada de professores são questões que impactam negativamente a qualidade da educação em muitas regiões do país.

As políticas educacionais também têm sido objeto de debates e mudanças ao longo dos anos, muitas vezes influenciadas por diferentes visões ideológicas e orientações políticas. O desafio constante é encontrar um equilíbrio entre a necessidade de reformas estruturais, a garantia de recursos adequados e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras.

A tecnologia na educação tem se mostrado uma ferramenta promissora para enfrentar alguns desses desafios, proporcionando novas formas de aprendizado e acesso ao conhecimento. No entanto, a inclusão digital ainda é um desafio em algumas regiões, impactando a capacidade de implementar efetivamente essas soluções.

Em resumo, o atual sistema educacional brasileiro é multifacetado, refletindo os desafios e as complexidades de um país diverso e em constante evolução. A busca por melhorias na qualidade da educação, a equidade de acesso e a adaptação às demandas do mundo contemporâneo continuam a ser prioridades para construir um sistema educacional mais eficiente e inclusivo no Brasil.

A ESCOLA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

PAPEL HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

O papel histórico da educação pública no Brasil está intimamente ligado ao processo de construção da cidadania e da democracia no país. Entender esse papel exige olhar para as transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram o sistema educacional brasileiro ao longo do tempo.

► Educação no período colonial e imperial

Durante o período colonial (1500–1822), a educação era essencialmente elitista e voltada à catequese indígena, conduzida principalmente pelos jesuítas. Poucos tinham acesso ao ensino formal, restrito às camadas mais abastadas, enquanto a maioria da população – composta por indígenas, africanos escravizados e mestiços – ficava completamente excluída.

No Império (1822–1889), surgiram as primeiras tentativas de estruturar um sistema nacional de ensino, mas a educação ainda era privilégio das elites. O ensino público era escasso e precário, concentrado em áreas urbanas e oferecido apenas nos níveis elementares.

► Primeira República e a expansão inicial

Com a Proclamação da República (1889), surgiu uma valorização maior da educação como ferramenta de modernização e progresso. O movimento escolanovista das décadas de 1920 e 1930 propôs inovações pedagógicas e maior democratização do ensino, defendendo métodos ativos e a educação voltada à formação integral do indivíduo. No entanto, na prática, a educação pública seguia marcada por desigualdades regionais, especialmente entre áreas urbanas e rurais, e pelo baixo investimento público.

► A Constituição de 1934 e a ideia de direito à educação

A Constituição de 1934 foi a primeira a consagrar a educação como direito de todos e dever do Estado. Mesmo assim, os avanços foram lentos e desiguais. O analfabetismo continuava elevado, e o sistema público carecia de estrutura e financiamento. No período ditatorial (1964–1985), houve ampliação de matrículas, mas com foco tecnicista, preparando mão de obra para o mercado, em vez de priorizar a formação cidadã e a inclusão social.

► Redemocratização e a Constituição de 1988

O marco mais relevante para a educação pública foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu no artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Esse texto reforça o caráter universal e inclusivo da educação pública, definindo-a como instrumento essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A Constituição também prevê o acesso gratuito à educação básica e obriga a União, estados e municípios a garantirem o financiamento adequado.

► Políticas de financiamento e ampliação do acesso

Nas décadas seguintes, o Brasil criou mecanismos importantes para fortalecer a educação pública, como o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado em 1996) e seu sucessor, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Esses fundos ajudaram a ampliar matrículas, reduzir desigualdades regionais e melhorar a remuneração docente. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição e atualizado periodicamente, estabelece metas claras para avançar em acesso, qualidade e inclusão.

► Educação pública como espaço de inclusão social

O papel histórico da educação pública não se limita a oferecer acesso escolar: ela é um espaço simbólico onde se constrói a cidadania, a identidade coletiva e o pertencimento social. A escola pública é, muitas vezes, o único local onde crianças e jovens de

ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE, HOMEM E EDUCAÇÃO

As concepções de sociedade, de ser humano e de educação formam a base filosófica e política de toda prática pedagógica. Essas concepções orientam o que se ensina, como se ensina, para quem e com qual finalidade. Toda proposta curricular, todo plano de aula, todo modelo de avaliação é uma expressão, direta ou indireta, de uma visão de mundo.

Na prática educacional, é comum que essas concepções estejam implícitas, ou seja, não sejam claramente discutidas ou refletidas. No entanto, elas operam silenciosamente nas escolhas pedagógicas. Por isso, o educador que deseja atuar de forma crítica e consciente precisa conhecer e analisar as diferentes correntes de pensamento que sustentam essas visões.

A análise das concepções de sociedade, de homem e de educação não é apenas um exercício teórico. Ela tem implicações concretas na organização do trabalho pedagógico, na gestão escolar, nas políticas públicas de educação e na formação da cidadania. Saber identificar essas concepções é também uma habilidade cada vez mais exigida em concursos públicos e avaliações na área educacional.

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE: CONSERVADORA, LIBERAL E CRÍTICA

A concepção de sociedade refere-se à forma como se entende a organização social, as relações entre os indivíduos, os papéis das instituições e os mecanismos de mudança social. Na pedagogia, essa concepção influencia diretamente o sentido atribuído à educação.

Sociedade conservadora: Nesta visão, a sociedade é um corpo orgânico, harmônico, onde cada indivíduo deve ocupar seu lugar natural. A educação tem como função conservar a ordem, transmitir valores morais e garantir a obediência às normas. O conhecimento é visto como absoluto e imutável. Essa concepção sustenta práticas pedagógicas autoritárias, baseadas na memorização e na disciplina rígida.

Sociedade liberal: A sociedade é entendida como um conjunto de indivíduos livres e racionais que interagem em busca de seus interesses. Valoriza-se a meritocracia, a neutralidade da escola e a liberdade individual. A educação é vista como meio de ascensão social e como espaço neutro, onde todos têm as mesmas oportunidades. No entanto, ignora-se muitas vezes as desigualdades sociais estruturais que afetam o acesso e o sucesso escolar.

Sociedade crítica: Nessa concepção, a sociedade é entendida como um espaço de contradições, conflitos e lutas por poder. Reconhece-se que as desigualdades sociais são construídas historicamente e que a escola pode tanto reproduzi-las quanto contribuir para sua superação. A educação é vista como prática

política e instrumento de transformação social. Essa concepção está presente em autores como Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire.

CONCEPÇÕES DE HOMEM: NATURALISTA, INDIVIDUALISTA E HISTÓRICO-SOCIAL

A concepção de homem (ou ser humano) está diretamente ligada à forma como se entende o desenvolvimento humano, a aprendizagem e o papel da educação. Essa visão orienta as expectativas em relação ao aluno e o tipo de relação pedagógica que se estabelece.

Concepção naturalista: O ser humano é visto como determinado pela biologia, instintos ou herança genética. Essa visão, influenciada por correntes positivistas, tende a justificar o fracasso escolar como resultado de limitações individuais. Na prática pedagógica, pode levar à exclusão de alunos com dificuldades ou à naturalização das desigualdades.

Concepção individualista: O ser humano é considerado um ser autônomo, racional e responsável por suas escolhas. Essa visão, associada ao liberalismo, valoriza o mérito individual e a competição. A escola, nesse caso, funciona como espaço de seleção, onde os “melhores” avançam. É uma concepção frequentemente usada para legitimar a desigualdade sob o argumento do esforço pessoal.

Concepção histórico-social: O ser humano é entendido como sujeito histórico, construído nas relações sociais, culturais e econômicas. Essa concepção reconhece que todos têm potencial de aprender, mas que esse potencial depende das condições objetivas e subjetivas em que vivem. O educador, nessa visão, é um agente de mediação, que deve criar condições para que todos desenvolvam suas capacidades.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO: TRADICIONAL, TECNICISTA, LIBERAL RENOVADORA E PROGRESSISTA

As concepções de educação derivam das visões de sociedade e de homem. Elas expressam diferentes finalidades para a escola e modelos distintos de ensino.

Educação tradicional: Tem origem na concepção conservadora. Valoriza a autoridade do professor, a disciplina e a transmissão de conhecimentos considerados “superiores”. O aluno é passivo e deve reproduzir o saber. É comum em práticas que priorizam a memorização, o livro didático e a repetição.

Educação tecnicista: Ligada ao funcionalismo e ao modelo industrial, entende a educação como preparo para o mercado de trabalho. O ensino é fragmentado, com ênfase na eficiência, controle e avaliação quantitativa. O professor é um executor de métodos e o aluno, um receptor de instruções.

Educação liberal renovadora: Baseia-se em ideias do “aprender fazendo” (John Dewey). Valoriza a atividade do aluno, o interesse, a experiência e a individualidade. Embora apresente avanços em relação ao modelo tradicional, muitas vezes desconsidera as questões sociais e as desigualdades estruturais.

Educação progressista: Fundada em uma concepção crítica de sociedade e homem, busca formar sujeitos conscientes e capazes de transformar a realidade. Paulo Freire é o principal expoente dessa concepção. O processo educativo é dialógico, participativo e contextualizado. A escola é espaço de reflexão, debate e emancipação.

IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES

Cada concepção analisada resulta em práticas pedagógicas específicas. Por exemplo:

- Uma escola com base na concepção tradicional tende a adotar provas padronizadas, aulas expositivas e punições disciplinares.
- Uma escola de orientação liberal-competitiva pode adotar ranking de alunos, olimpíadas de conhecimento e sistemas meritocráticos de avaliação.
- Uma escola com base na pedagogia progressista valoriza o projeto coletivo, o trabalho interdisciplinar, a escuta ativa do aluno e o currículo contextualizado.

Na formação docente, é essencial que o educador reflita sobre suas próprias concepções. Muitas vezes, práticas conservadoras são reproduzidas de forma acrítica, mesmo quando o discurso é progressista. A coerência entre teoria e prática exige análise constante, estudo e compromisso ético com a função social da educação.

Além disso, as políticas públicas educacionais são influenciadas por essas concepções. Reformas curriculares, avaliações externas, gestão escolar e financiamento da educação refletem determinadas visões de mundo. O educador, como profissional reflexivo, precisa estar atento a essas disputas e posicionar-se criticamente.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

A função social da escola abrange múltiplas dimensões e está profundamente conectada à formação integral do indivíduo para a vida em sociedade. Em sua essência, a escola visa promover a cidadania, proporcionar igualdade de oportunidades e preparar os alunos tanto para o mundo do trabalho quanto para a compreensão crítica e transformadora da realidade.

Esse papel é central para o desenvolvimento humano e social, pois vai além da transmissão de conteúdos acadêmicos, contribuindo para o fortalecimento das comunidades e para o bem-estar social. Assim, a função da escola é ampla e implica a responsabilidade de ser um espaço que acolhe e respeita a diversidade, contribui para a justiça social, incentiva a autonomia e prepara para a vida em sociedade.

Um dos pilares da função social da escola é a construção de uma cidadania ativa e consciente. A educação escolar não só prepara os indivíduos para o exercício de seus direitos e deveres, mas também os encoraja a participarem dos processos democráticos e das decisões coletivas de maneira crítica e informada.

Nesse ambiente, a escola atua como um espaço de aprendizado dos valores democráticos, promovendo o respeito pela diversidade de opiniões e incentivando a formação de cidadãos que compreendem a importância do diálogo, da solidariedade e do engajamento em causas coletivas. Assim, o estudante é levado a perceber a escola não apenas como um lugar de aprendizado acadêmico, mas também como uma preparação para viver e atuar na sociedade.

Outro aspecto fundamental é a promoção da igualdade de oportunidades. Em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas e sociais, a escola assume um papel de inclusão e democratização do conhecimento, proporcionando acesso a conteúdos e experiências que possibilitam aos alunos romperem barreiras de exclusão social. Para muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a escola representa a principal ou até única oportunidade de acessar o conhecimento necessário para ampliar suas perspectivas de vida.

A função da escola é, portanto, promover um ambiente igualitário e inclusivo, onde todos possam aprender e se desenvolver, independentemente de suas origens sociais, culturais ou econômicas. Esse compromisso com a equidade está diretamente relacionado à função da escola em reduzir desigualdades e proporcionar as ferramentas para uma vida digna e autônoma.

Além de contribuir para a formação cidadã e para a promoção da equidade, a escola também desempenha um papel socializante, fundamental para o desenvolvimento das habilidades de convivência e interação.

A experiência escolar permite que os alunos aprendam a se relacionar, respeitar as diferenças e compartilhar vivências, habilidades cruciais para a vida em sociedade. A convivência com a diversidade de realidades e pontos de vista em sala de aula e nas atividades coletivas contribui para a construção de valores como o respeito, a empatia, a responsabilidade e a capacidade de resolver conflitos de maneira construtiva. Esse processo de socialização, fundamental para o desenvolvimento integral, possibilita que os estudantes se tornem adultos capazes de contribuir para a harmonia e o progresso de sua comunidade.

Outro aspecto importante é a preparação para o mundo do trabalho e para o desenvolvimento econômico e tecnológico. O mercado de trabalho, em constante transformação, exige cada vez mais competências técnicas, criativas e adaptativas.

A escola, ao oferecer uma formação técnica e intelectual, prepara os alunos para as exigências do mundo profissional, capacitando-os para enfrentar desafios e contribuir de forma produtiva para o desenvolvimento econômico e para a inovação. Dessa forma, a escola desempenha também um papel essencial para o crescimento econômico sustentável, ao preparar cidadãos que não só participem da economia, mas que possam colaborar de maneira ética e consciente com o desenvolvimento da sociedade.

A função social da escola se estende à promoção da autonomia intelectual e ao desenvolvimento da capacidade crítica dos indivíduos. O ambiente escolar deve ser um espaço

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º A 5º ANO: OBJETIVOS, CONTEÚDOS, METODOLOGIA, RECURSOS DIDÁTICOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

PANORAMA GERAL E OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM NOS ANOS INICIAIS

O Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que compreende do 1º ao 5º ano, é a primeira etapa da educação básica com matrícula obrigatória, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Esta fase tem como finalidade primordial garantir o desenvolvimento das competências básicas de leitura, escrita, raciocínio lógico, noções científicas e sociais, além de atitudes, valores e comportamentos necessários para o exercício da cidadania e a formação integral do sujeito.

É importante compreender que o trabalho pedagógico nos anos iniciais vai muito além da simples transmissão de conteúdos. Ele deve promover situações de aprendizagem que contribuam com a formação global do aluno, respeitando seu ritmo, experiências e realidade sociocultural. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo em vigor, estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para essa etapa, organizados por áreas do conhecimento e habilidades que devem ser asseguradas a todos os estudantes.

Dentre os objetivos centrais dessa fase, destacam-se: alfabetizar plenamente até o 2º ano; desenvolver o pensamento matemático e lógico; iniciar o conhecimento científico sobre o mundo natural e social; e fomentar atitudes de respeito à diversidade, cooperação e senso crítico. A construção de autonomia, a formação ética e o desenvolvimento das funções cognitivas são metas igualmente relevantes e interligadas.

O papel do professor nessa etapa é decisivo. Ele não atua apenas como transmissor de saberes, mas como mediador, organizador de tempos e espaços de aprendizagem e, sobretudo, como observador sensível do processo de cada estudante. Os anos iniciais exigem uma atuação didática planejada, consciente e afetiva, pois é nessa fase que se consolidam os alicerces da formação escolar.

CONTEÚDOS CURRICULARES ESSENCIAIS POR COMPONENTES

A BNCC organiza os conteúdos dos anos iniciais em quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Cada uma delas possui objetivos específicos e habilidades a serem desenvolvidas progressivamente.

Na área de Linguagens, Língua Portuguesa é o principal componente, sendo responsável pela alfabetização, letramento, oralidade, leitura, escrita e análise linguística. Artes, Educação Física e Língua Inglesa (introduzida a partir do 6º ano, mas com experiências prévias possíveis) também fazem parte desse campo. A alfabetização é o principal foco nos dois primeiros anos, mas continua sendo aperfeiçoada até o 5º ano, com ampliação do repertório textual e aprofundamento da compreensão de gêneros diversos.

A Matemática nos anos iniciais foca no desenvolvimento do raciocínio lógico, da resolução de problemas e noções fundamentais como números, medidas, geometria, estatística e álgebra (em sua forma introdutória). O objetivo é que o aluno compreenda as operações matemáticas, use estratégias para resolver situações cotidianas e desenvolva a autonomia no pensamento numérico.

Em Ciências da Natureza, os conteúdos buscam desenvolver a curiosidade científica, a capacidade de observação e a construção de noções básicas sobre os seres vivos, o corpo humano, o ambiente, os fenômenos naturais e as propriedades da matéria. O foco é aproximar a ciência do cotidiano da criança, promovendo investigações e experiências.

Já em Ciências Humanas, História e Geografia aparecem com propostas de construção da identidade, reconhecimento de si e do outro, localização no tempo e no espaço, e valorização da diversidade cultural. São conteúdos que trabalham com noções de temporalidade, territorialidade, pertencimento e convivência democrática.

Além desses componentes, a BNCC propõe a abordagem de temas contemporâneos transversais, como direitos humanos, ética, meio ambiente, diversidade cultural e saúde, sempre que possível de maneira interdisciplinar. Essa integração permite uma aprendizagem mais significativa e contextualizada, aproximando os conteúdos escolares da realidade dos alunos.

METODOLOGIAS DE ENSINO APLICADAS AOS ANOS INICIAIS

Nos anos iniciais, a metodologia de ensino deve considerar as especificidades do desenvolvimento infantil, valorizando a aprendizagem ativa, lúdica, contextualizada e significativa. A

criança aprende por meio da interação, da experimentação, do erro, da brincadeira e da repetição. Assim, as abordagens metodológicas devem favorecer o protagonismo infantil e a construção coletiva do conhecimento.

A aprendizagem ativa implica em propor situações didáticas em que o aluno seja sujeito do processo: resolvendo problemas, fazendo escolhas, participando de investigações, desenvolvendo projetos e assumindo responsabilidades dentro do seu nível de desenvolvimento. O ensino por projetos, por exemplo, favorece a integração entre disciplinas e permite o aprofundamento de temas de interesse das crianças, promovendo maior engajamento e autonomia.

As sequências didáticas também são metodologias eficazes. Elas consistem em uma série de atividades organizadas em etapas que visam desenvolver uma habilidade ou conjunto de saberes, sempre partindo de uma situação-problema. Essa abordagem exige planejamento detalhado do professor, que deve considerar o nível dos alunos, os objetivos da aprendizagem e os recursos disponíveis.

Outro ponto fundamental é a diferenciação pedagógica. Reconhecer que cada criança aprende de maneira diferente implica em oferecer diferentes estratégias, linguagens, ritmos e formas de expressão. Isso é especialmente importante em contextos de inclusão, em que o professor precisa adaptar materiais e metodologias para atender alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem ou outras necessidades específicas.

RECURSOS DIDÁTICOS: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO EM SALA DE AULA

Os recursos didáticos são ferramentas fundamentais para mediar o processo de ensino-aprendizagem. Nos anos iniciais, a variedade e a adequação dos recursos podem fazer grande diferença no engajamento e na compreensão dos alunos.

Entre os recursos tradicionais, destacam-se os livros didáticos, cadernos de atividades, jogos pedagógicos, cartazes, fantoches, objetos concretos e materiais manipuláveis. Esses materiais ajudam a tornar os conteúdos mais tangíveis e acessíveis, principalmente para crianças em processo de alfabetização.

A tecnologia, por sua vez, vem ganhando espaço importante na educação. Plataformas educacionais, vídeos, jogos digitais, aplicativos e recursos interativos ampliam as possibilidades pedagógicas, favorecendo uma aprendizagem multimodal. O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) deve ser planejado e alinhado aos objetivos de aprendizagem, nunca sendo um fim em si mesmo.

Os espaços também são recursos didáticos. A sala de aula, o pátio, a biblioteca, o laboratório, o jardim e até o entorno da escola são locais que, quando bem aproveitados, se transformam em ambientes de aprendizagem rica e significativa. A organização do ambiente, a disposição dos materiais e a liberdade de movimento influenciam diretamente na qualidade das interações pedagógicas.

AValiação DA APRENDIZAGEM: FUNÇÃO, ESTRATÉGIAS E REGISTRO

A avaliação nos anos iniciais deve ser compreendida como parte do processo de ensino e aprendizagem, e não como seu fim. A principal função da avaliação nessa etapa é diagnóstica e

formativa, ou seja, visa acompanhar o desenvolvimento dos alunos, identificar avanços e dificuldades, e reorientar as práticas pedagógicas.

A avaliação formativa acontece de forma contínua, cotidiana, por meio da observação, da análise de produções dos alunos, da escuta atenta e do diálogo. Já a avaliação somativa, ainda que presente, deve ser utilizada com cautela, sem caráter punitivo, e sim como instrumento de verificação de aprendizagem em momentos pontuais.

Entre os instrumentos avaliativos mais utilizados estão: portfólios, registros descritivos, autoavaliações, avaliações diagnósticas, provas objetivas e discursivas adaptadas, rubricas e pareceres pedagógicos. O mais importante é garantir que esses instrumentos reflitam o percurso real do aluno, suas conquistas, esforços e necessidades.

O registro sistemático das observações do professor é essencial. Ele permite documentar o progresso dos alunos, apoiar intervenções pedagógicas e comunicar às famílias de forma transparente e compreensível. A devolutiva ao aluno, por meio de feedbacks construtivos e personalizados, também é parte fundamental da avaliação.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Didática.

Bons estudos!

A INFLUÊNCIA DE PAULO FREIRE NA EDUCAÇÃO E ESPECIFICAMENTE NA EJA

Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Conhecimentos Educacionais.

Bons estudos!

ÉTICA E CIDADANIA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO ADULTO

A CENTRALIDADE DA ÉTICA E DA CIDADANIA NA EDUCAÇÃO

A formação ética e cidadã está entre os fundamentos mais essenciais da educação, sendo reconhecida legalmente e pedagogicamente como condição para o desenvolvimento integral do ser humano. A Constituição Federal de 1988, no artigo 205, determina que a educação tem como finalidade “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, educar é, em sua essência, formar cidadãos conscientes, participativos, éticos e capazes de transformar a sociedade.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!